

OLHARES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Cleonice Starck Hübner¹

Catia Roberta de Souza Schernn²

Resumo: O tema inclusão é amplamente debatido atualmente, mas será que na prática as escolas têm realizado a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais? A inclusão só se torna possível com o apoio do professor, desta forma, o objetivo principal deste trabalho é compreender de que maneira acontece a inclusão no ensino fundamental em algumas escolas municipais de Santa Rosa/RS e quais as dificuldades encontradas. Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa realizada com professores de diferentes áreas da educação de algumas escolas municipais, e com a leitura e análise do Projeto Político Pedagógico de uma delas. A escola, a partir da sua proposta pedagógica, pode efetuar mudanças em toda a sua estrutura educacional. Percebeu-se que no município de Santa Rosa as escolas municipais têm procurado trabalhar a inclusão dando condições de formação e capacitação aos professores e buscam da melhor forma possível incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, pois inclusão é envolvimento e comprometimento com o outro, e é na riqueza da diversidade que se aprende.

Palavras-chave: Escola. Educação. Aluno.

INTRODUÇÃO

Contribuíram para a escrita e desenvolvimento deste trabalho diversas leis e pareceres para a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (BRASIL, Lei nº 9.394/1996), o parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica de 17 de agosto de 2001 e a declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), as quais foram mais citadas, e tiveram fundamental importância para o avanço da educação inclusiva no Brasil. Também auxiliaram na formulação do referencial teórico autores como Mantoan (2003), Carvalho (2004, 2007), Mazzotta (2011), entre outros, os quais fazem uma abordagem sobre a inclusão como uma mudança de paradigmas, onde precisamos rever a nossa maneira de pensar sobre inclusão nas escolas, tendo como visão a formação integral do aluno, num ambiente mais solidário e acolhedor, mais humano.

¹ Estudante do Curso de Especialização em Ensino de Ciências da Natureza – Lato Sensu. Formada em Pedagogia pela UNIJUÍ. E-mail: cleonice.hubner@iffarroupilha.edu.br.

² Mestra em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *Campus* Santa Rosa. E-mail: catia.schernn@iffarroupilha.edu.br.

A educação inclusiva ainda é um grande desafio para a sociedade, pois se busca a escola perfeita e o aluno dos sonhos, o qual é idealizado pela família, escola e professores. Nesse sentido, Mantoan (2003) nos traz uma reflexão pessoal sobre esse aluno ideal, que na realidade não existe, da qual compactuamos:

Eu falo de um aluno que existe, concretamente, que se chama Pedro, Ana, André... Eu trabalho com as peculiaridades de cada um e considerando a singularidade de todas as suas manifestações intelectuais, sociais, culturais e físicas. Trabalho com alunos de carne e osso. Não tenho alunos ideais; tenho, simplesmente, alunos e não almejo uma escola ideal, mas a escola, tal como se apresenta, em suas infinitas formas de ser. Não me surpreende a criança, o jovem e o adulto nas suas diferenças, pois não conto com padrões e modelos de alunos 'normais' que aprendemos a definir, nas teorias que estudamos. Se eu estivesse me baseando nessa escola idealizada, não teria a resistência de tantos, pois estaria falando de uma escola imaginada pela maioria, na qual, certamente, não cabem todos os alunos, só os que se encaixam em nossos pretensos modelos e estereótipos! (p. 31).

O tema inclusão é amplamente debatido atualmente, mas será que na prática as escolas têm realizado a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?

Este trabalho teve como um dos elementos da pesquisa a leitura e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma das escolas de ensino fundamental de Santa Rosa/RS. Também foi realizado um questionário aberto com alguns docentes do ensino fundamental no que se refere a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). O objetivo deste artigo, com base no referencial teórico e a análise e discussão das respostas do questionário aplicado, foi conhecer e compreender de que maneira está sendo realizada a inclusão nessas escolas e como elas buscam soluções para os desafios da inclusão.

A inclusão envolve o contexto escolar, desta forma, o artigo teve uma abrangência mais ampla, pensando a inclusão de alunos com NEE na escola como um todo, e não somente em uma disciplina específica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente muito se tem discutido sobre a inclusão escolar de crianças com NEE. Sabemos que a inclusão só se torna possível com o apoio da família, da comunidade, da escola, dos colegas e, principalmente, do professor que irá acolher este aluno. Entretanto, esse professor vai precisar de suporte pedagógico e,

dependendo da necessidade especial que o aluno tem, vai necessitar de um monitor para que de fato consiga incluir este aluno. Além disso, de uma adaptação da escola como um todo e do suporte da comunidade no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, ainda hoje há carência de suporte em termos de apoio à inclusão escolar, como físicos, falta de quadro pessoal capacitado e também pedagógico. A escola regular às vezes “inclui” um aluno com NEE sem alguns cuidados, apenas para cumprir a LDB (BRASIL, Lei nº 9.394/1996), que prevê que todos têm direito à educação.

A legislação é sem dúvida, um instrumento político e social de natureza mandatária. Em países em desenvolvimento como o nosso, essa característica não tem prevalecido. Não nos faltam leis ou artigos em leis que garantam os direitos das pessoas com deficiência. Nosso problema é garantir seu cumprimento (CARVALHO, 2007, p. 30).

Entretanto, não são observadas algumas questões importantes, como por exemplo, o número de alunos por professor, recursos pedagógicos específicos para que o aluno possa participar de todas as atividades oferecidas pela escola. Além disso, nem sempre há previsão da inclusão na proposta pedagógica da escola, fator que dificulta o estudante com NEE a ser efetivamente incluído no ambiente escolar. Foi somente a partir da década de 90 do século XX, que surgiram políticas públicas para que pudesse se pensar em uma sociedade inclusiva. Temos como um marco importante a Conferência Mundial da UNESCO ocorrida em Salamanca, Espanha (1994), que reafirmou a necessidade de o ensino ser oferecido para todos:

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi ratificado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Toda pessoa com deficiência tem o direito de expressar seus desejos quanto a sua educação, na medida de sua capacidade e estar certo disso. Os pais têm o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se ajuste às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos (BRASIL, 2001, p. 17).

O parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica de 17 de agosto de 2001 (CNE/CEB), com a adoção do conceito de NEE amplia e abrange o quadro das limitações de aprendizagens.

Hoje, com a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais, afirma-se o compromisso com uma nova abordagem, que tem como horizonte a Inclusão. Dentro dessa visão, a ação da educação especial

amplia-se, passando a abranger não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são frequentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares. O quadro das dificuldades de aprendizagem absorve uma diversidade de necessidades educacionais, destacadamente aquelas associadas a: dificuldades específicas de aprendizagem, como a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, motores, de comportamento; e ainda a fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional. Assim, entende-se que todo e qualquer aluno pode apresentar, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, vinculada ou não aos grupos já mencionados, agora reorganizados em consonância com essa nova abordagem (BRASIL, 2001, p. 20).

Portanto, cabe à escola, em conjunto com a comunidade, pensar em como organizar estes espaços realizando as adaptações e se adequando às NEE que qualquer aluno possa vir a ter, tanto curricular quanto arquitetônicas.

À medida que a função da educação escolar for sendo bem compreendida e explicada pela e para a sociedade (civil e política), o entendimento do sentido da educação comum ou regular e da educação especial irá se tornando mais claro e generalizado. Em consequência, as políticas públicas de educação tenderão a avançar no sentido de melhor atender as necessidades de aprendizagem de todos brasileiros. [...] Sendo a educação especial uma modalidade de ensino, sua clara e precisa definição e operacionalização implicam clareza e precisão no entendimento escolar (MAZZOTTA, 2011, p. 136).

Nesse sentido, o que torna uma escola inclusiva vai além de ter rampas de acesso, ou banheiros adaptados, mas também ter um PPP que atenda às características de cada aluno conforme sua NEE e uma reestruturação da escola como um todo. Desta forma, o apoio aos docentes para a promoção de ações que contemplem a necessária adaptação escolar e curricular para essas crianças é de fundamental importância para que de fato ocorra a inclusão. Assim, a inclusão deve contemplar a todos, estudantes (com ou sem necessidades especiais), pais, professores, servidores e gestão, onde todas as pessoas se sintam realmente incluídas.

Estamos “ressignificando” o papel da escola com professores, pais, comunidades interessadas e instalando, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por

uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas (MANTOAN, 2003, p. 8-9).

Desse modo, a função primordial da escola, com base em seu PPP, é assegurar o direito à educação em igualdade de condições de acesso e permanência ofertando um ensino de qualidade como prevê a LDB. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância da escola para a sociedade contemporânea na constituição do indivíduo, para sua evolução e da própria humanidade que ao empregar e ressignificar esses saberes, formam o ser em sua totalidade.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. [...] Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2020, p. 20).

Portanto, cada vez mais a educação precisa ter espaço para reflexões e questionamentos acerca do seu papel, e o PPP da escola deve ser discutido com a comunidade escolar, para ter clareza nas metas e objetivos que se deseja para essa escola e para aprendizagem de seus alunos. Necessitamos de uma educação que possibilite a reflexão construtiva, onde os seres humanos sejam mais reflexivos, solidários, mais justos, democráticos e éticos. Assim a educação contribuirá para formar uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Quando se fala em inclusão logo nos lembramos das pessoas com necessidades especiais frequentando as escolas, mas não é só isso, vai além dessa

concepção, é preciso outro olhar sobre essa questão. A inclusão é a nossa capacidade de entender o outro, reconhecendo que não existem pessoas exatamente iguais, mas somos todos diferentes e únicos, e aprender com o diferente é um privilégio, pois é a partir da convivência com os outros que nos tornamos mais humanos e abertos a novas possibilidades. Aprendemos mais quando aprendemos juntos, e assim construímos nossa identidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é uma pesquisa narrativa, descritiva e qualitativa, baseada em leituras de documentos, leis, livros e também na aplicação de um questionário descritivo, realizado com diferentes professores da área da educação em algumas escolas municipais do ensino fundamental de Santa Rosa, o qual foi enviado por e-mail para as professoras e também por aplicativo de mensagem devido a pandemia Covid-19. O questionário teve como base as leituras realizadas sobre as leis, sobre a inclusão e as observações realizadas nos diversos espaços educacionais.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 45).

Sendo assim, a coleta e o tratamento dos dados foram realizados por meio da leitura de obras, PPP e legislação, dos quais foram selecionados assuntos mais relevantes ao tema central do artigo, e a aplicação do questionário. Embora, estatisticamente o público que respondeu ao questionário não representa a totalidade das escolas do município, convém salientar aqui, que como são escolas municipais, os PPP's são parecidos, todas contam com um AEE concursado, assim, a partir da amostra podemos deduzir que nas demais escolas o processo de inclusão é semelhante.

As perguntas aplicadas foram as seguintes:

- 1- Como está prevista no projeto político pedagógico da escola o atendimento às pessoas com NEE?
- 2- O que você entende por inclusão na escola regular?
- 3- Como é trabalhada a questão da inclusão das pessoas com NEE na escola?

- 4- Que experiências já observou ou vivenciou na escola?
- 5- Quais foram as adaptações realizadas na escola e quais foram as dificuldades encontradas pelos profissionais envolvidos?
- 6- Que ações e práticas a escola têm desenvolvido para a inclusão?
- 7- Na escola ou município os professores recebem formação para trabalhar com a inclusão?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder ao questionário, a fim de obter a coleta de dados para análise, foram escolhidas duas professoras e uma monitora da rede municipal de ensino, todas de escolas diferentes. O questionário foi enviado via e-mail e também ocorreram trocas de mensagens via aplicativos sociais quando surgiam dúvidas referentes às respostas. No decorrer do artigo o público será denominado como Participantes para identificar as pessoas envolvidas na pesquisa, ficando assim identificadas: P1, P2 e P3.

A primeira respondente será denominada no decorrer do artigo como P1. A segunda a responder é identificada como P2. E a terceira será chamada de P3.

Quanto à primeira questão: “Como está prevista no PPP da escola o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais?” Conforme o discurso de P1 o PPP da escola prevê inclusão: “o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais estão previstas no Projeto Político Pedagógico da Escola objetivando a inclusão de todos os alunos, independente de terem ou não necessidades educacionais especiais”.

Esta escola é uma instituição que prevê inovações junto à comunidade realizando uma boa integração, na qual a administração e os professores demonstram interesse em participar de todos os eventos promovidos, visando conciliar sua prática com a proposta pedagógica. Foi desta escola que foi realizada a leitura do PPP, e por se ter conhecimento sobre a realidade desta comunidade escolar se faz tal relato.

Ainda na mesma questão, P1, P2 e P3 responderam que: “nas escolas municipais o Atendimento Educacional Especializado acontece na Sala de Recursos multifuncional por profissional concursado, em sessões individuais ou de pequenos

grupos, semanalmente, visando complementar o currículo, é isto que está previsto no PPP”.

Existem diversas maneiras de realizar a inclusão na escola, como por exemplo, a social, dentre outras, que só serão percebidas com o ingresso da criança na escola. A partir disso, essa inclusão será possível criando condições para o desenvolvimento integral do aluno, obedecendo a suas potencialidades e faixa etária. É uma ação contínua, onde as dificuldades são vistas como desafios a serem superados, como um processo de crescimento permanente sem excluir ou classificar.

Entendemos que o PPP da escola pode ser pensado numa perspectiva de educação para a cidadania, onde se busquem trabalhar ações que enfatizem a ética e os valores sociais voltados para a crítica às desigualdades sociais e culturais, valorizando a empatia. É necessário que o educador perceba os alunos como seres humanos únicos e diferentes, os quais integram um mundo social, do qual a escola representa apenas uma parte. Isso envolve considerar suas experiências de vida respeitando as diferenças e realidades sociais, para que o educando perceba uma ligação entre sua vida escolar e seu cotidiano.

O respeito à criança lhe ensina que ela é amada não pelo que faz ou tem, mas pelo simples fato de existir. Sentindo-se amada, ela se sentirá segura para realizar seus desejos. Portanto, deixá-la tentar errar sem ser julgada, ter seu próprio ritmo, descobrir coisas permite à criança perceber que consegue realizar algumas conquistas. Falhar não significa uma catástrofe afetiva. Assim, a criança vai desenvolvendo a auto-estima, grande responsável por seu crescimento interno e fortalecendo-se para ser feliz, mesmo que tenha de enfrentar contrariedades (TIBA, 2002, p. 55).

No que se refere à segunda questão: “O que você entende por inclusão na escola regular?”

Segundo a resposta de P2: “A inclusão não é tornar os sujeitos iguais, mas respeitá-los em suas diferenças e potencialidades, é na riqueza da diversidade que se aprende. Partir da concepção de que as competências e habilidades sobressaem sobre as dificuldades”.

O ensino inclusivo não é educação especial voltada apenas para sujeitos com deficiência física, psíquica, mental ou social. A inclusão implica em compreender as necessidades especiais de todos os alunos em sala de aula para que se promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal como um todo

(MANTOAN, 2003). Entendemos, assim, que inclusão significa planejar para todos sem excluir ninguém, pensar que vivemos num ambiente diverso no qual não aprendemos de maneira igual, portanto, faz-se necessário mudar a maneira como percebemos a inclusão para podermos mudar a forma de elaborar o planejamento escolar de maneira que todos possam estar incluídos.

Quando garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos e, assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência (MANTOAN, 2003, p. 21).

Assim, uma forma de se promover a inclusão é trabalhando junto com os pais através de projetos de integração, com parcerias, envolvendo todos nas atividades internas da escola. É um processo constante e demorado, mas que aos poucos se colhem os resultados, tanto para escola como para os pais e filhos que fortalecem laços e intensificam aprendizagens.

O ser humano vive das relações com o outro, assim, também é função da escola oportunizar momentos de convivência e interações com a comunidade escolar. No PPP analisado, escola que trabalha a P1, percebeu-se que é valorizada a interação do grupo familiar e escolar, e a preocupação do bem estar comum de todos que fazem parte dessa comunidade ficou evidenciada. O contato dos profissionais com pais, alunos e demais pessoas da comunidade escolar é de grande importância, foi possível perceber o carinho e atenção que uns demonstram com os outros nessa escola e a questão dos valores é bastante presente.

Referente à questão de número 3: “Como é trabalhada a questão da inclusão das pessoas com NEE na escola?” A P1 respondeu: “Caminhamos a passos muito lentos, pois não há suporte pedagógico nas instituições de ensino, a maioria dos professores das séries iniciais tem graduação na área da educação, existe falta de profissionais e quando ocorrem casos de crianças com necessidades educacionais especiais na turma, a professora responsável pela turma atende o mesmo número de crianças sozinha, tendo que se adaptar às necessidades de todos, atendendo e redimensionando as atividades de maneira que satisfaçam as necessidades e limitações de cada um, sem monitor ou intérprete de Libras a não ser que seja um aluno com autismo, pois só nesse caso terá um monitor em tempo integral em sala de aula, para acompanhar o aluno autista”.

Apesar de ter AEE nas escolas municipais, ainda não tem intérprete de Libras, como vimos no relato da P1, o que causa dificuldade aos professores em fazer um atendimento de qualidade quando tem um aluno surdo em sala de aula. Esse é um exemplo em que a inclusão se torna difícil, pois embora esteja prevista nas leis, no PPP, na hora de se colocar em prática faltam recursos, materiais pedagógicos e profissionais qualificados.

Já na outra escola, a resposta da P2 foi que “a inclusão deve ser trabalhada naturalmente. Como um processo normal. A escola não pode ser o primeiro espaço a excluir. Cada criança, cada sujeito deve ser visto como único e singular. Se faz necessário aceitar que todos são sujeitos com capacidade para aprender”.

Sendo assim, a escola precisa trabalhar a inclusão percebendo o aluno como ser humano capaz de aprender, promovendo uma educação voltada para o desenvolvimento de todos, respeitando suas diferenças, nas palavras de Mantoan (2003):

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (p. 14).

Nas escolas municipais pesquisadas o AEE é feito por uma educadora com formação na área, que vem uma vez por semana para atender os alunos com necessidades especiais, tendo seus objetivos, projeto pedagógico e horário descritos em planejamento próprio. O público alvo são alunos com laudo fornecidos por profissionais competentes da área médica e obtidos através da realização de exames e avaliação psicológica. A comunicação entre os educadores e a responsável pelo atendimento se dá em todos os momentos que se faz necessário, e quando for algo relevante convoca-se uma reunião entre a equipe. O tempo de atendimento dos alunos tem relação com as necessidades identificadas no Plano do AEE.

Quanto à pergunta quatro: “Que experiências já observou ou vivenciou na escola?”

Uma experiência de inclusão relatada pela P1 vivenciada no ano de 2019 foi de um aluno que concluiu o nono ano na escola, este tinha deficiência intelectual (não se alfabetizou e teve dias que nem seu nome conseguia escrever corretamente). “Enquanto este aluno estava nos anos iniciais, com os professores era tranquilo, as professoras faziam atividades diferenciadas, incluíam ele nas atividades da turma, o que dificultou foi quando este aluno começou a frequentar os anos finais (do 6º ao 9º ano) muito difícil para alguns professores de área, nem todos, compreenderam como trabalhar com este aluno, e o que construímos, todo um currículo adaptado com todas as disciplinas, vendo o que realmente este aluno precisava aprender para a sua vida, não foi fácil, existe uma barreira muito grande por alguns profissionais para realmente incluir alunos”.

Sendo assim, no planejamento do educador se faz necessário contemplar o uso de metodologias que insiram de fato os alunos com necessidades especiais nas atividades desenvolvidas pela turma, essas adaptadas às dificuldades dos alunos, o que vai beneficiar a todos, pois com um planejamento flexível a aprendizagem se torna mais prazerosa para todos. Percebemos na resposta da P1 que existe resistência por parte de alguns educadores para buscar novas maneiras de atender as necessidades de cada aluno para facilitar a aprendizagem. Desta forma, constata-se que a inclusão não é uma tarefa fácil.

No que se refere à questão de número cinco: “Quais foram as adaptações realizadas na escola e quais foram as dificuldades encontradas pelos profissionais envolvidos?”

Conforme P1 relatou na escola tem alunos com deficiência intelectual com alguns distúrbios, então tiveram que fazer um plano adaptado para cada aluno, todos os professores em suas disciplinas, elencando o que é realmente necessário para o aluno aprender, até onde ele pode e consegue ir, o incluindo não só na escola, na turma, mas também o preparando para a vida, priorizando o mais importante. Segundo a P1: “As dificuldades encontradas foram com alguns educadores, que concordam, fazem o plano, mas é muito difícil colocá-lo em prática, pois tem que realizar planos separados para a mesma turma. Para os ditos “normais” e para cada aluno com suas dificuldades. É muito difícil, o professor precisa sair do comodismo, precisa se reinventar, e isso nem sempre é fácil”.

A P2 respondeu: “A maior barreira são as atitudinais. Estas exigem mudanças de paradigmas, de preconceitos culturais. Mas tudo é um processo, às vezes lento, outras vezes surpreendentemente rápido, pode ser doloroso ou agradável, mas necessário e importante”.

A P3 respondeu: “A maior dificuldade segundo os professores era atender a turma toda de alunos, sem a ajuda da monitora, pois essas acompanham de perto o aluno, ajudam, se precisar levam para fora da sala se o aluno estiver agitado, e sem essa ajuda ficava complicado atender de uma maneira individualizada como muitas vezes eles precisam. E esses alunos querem atenção, tem suas dificuldades e às vezes não querem expor pra turma toda”.

Como observamos nas respostas, a inclusão na escola regular no papel parece ser fácil, mas na realidade e na prática não é bem assim, pois o trabalho com inclusão é se colocar no lugar do outro, é envolver todos os alunos e tentar vencer os desafios diários, promovendo o sentimento de pertencer àquele grupo. Porém, o direito de quem tem deficiência não se limita em estar junto, mas sim garantir uma educação de qualidade. Verificamos através dos relatos, que houve situações muito positivas de inclusão, de aceitação e de respeito ao outro, mas também de exclusão, de preconceito, como por exemplo, situações de integração, uma forma bastante segregacionista e que mascara a realidade preconceituosa, pois o aluno está ali, mas não pertence aquele lugar, assim naquela turma não são estabelecidos vínculos.

Existem situações em que a arquitetura das escolas não contempla condições mínimas de adaptação para pessoas com deficiência física, nestes casos, os gestores precisam desenvolver projetos do ambiente físico. Na escola da qual o PPP foi analisado, por exemplo, não tem acesso para pessoas com deficiência física, como rampas de acesso, este se dá pela quadra de esportes, o que dificulta inclusive a entrada de pessoas que estejam temporariamente com dificuldades de locomoção. A acessibilidade facilita a todos, não apenas cadeirantes.

Sobre a pergunta de número seis: “Que ações e práticas a escola têm desenvolvido para a inclusão?”

As respostas para esta pergunta de P1, P2 e P3 foram: Todas as escolas da rede municipal possuem AEE concursado nessa área de formação, dependendo do número de alunos podem ter um AEE vinte horas ou quarenta horas semanais,

ou algumas vezes por semana conforme for a demanda da escola. Também são possibilitados momentos de formações na escola, nas reuniões (semanais, quinzenais e/ou mensal), leituras, pesquisas e formação por parte da mantenedora.

A P2: “A maior ação Inclusiva está na prática pedagógica. O professor que reconhece seus alunos como únicos, singulares e capazes dentro de suas limitações já está exercendo a inclusão com segurança. Outra questão que está intimamente ligada a esta prática são as adaptações curriculares, dependendo das especificidades e necessidades dos alunos”.

Fica evidente nos relatos a preocupação com os alunos com necessidades especiais, ressaltando o reconhecimento desses como capazes e únicos, bem como, com a formação e capacitação dos profissionais para melhor atendimento desses alunos na escola.

Quanto à sétima questão: Na escola ou município os professores recebem formação para trabalhar com a inclusão?

Todas afirmaram que sim, que recebem formação pela própria escola ou pela mantenedora: Secretaria Municipal de Educação. Essas formações acontecem na escola quinzenalmente ou mensalmente conforme a necessidade. Pela mantenedora em início de cada semestre. Ainda sobre formação de professores para trabalhar com inclusão, Mantoan (2003) destaca a importância de uma preparação continuada e direcionada do profissional:

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (p. 42).

Nesse sentido, discutir a própria prática, criar grupos de trocas de ideias entre professores, promover discussões para possibilitar os acertos e as dificuldades encontradas dentro da sala de aula, são momentos que podem ser inseridos na formação de professores. A troca de experiências entre os pares é muito mais rica e estimulante para aplicar em sala de aula, bem como, as metodologias que um

colega conseguiu desenvolver e possibilitou muitos desafios e novas aprendizagens. Assim, formar grupos de estudo para discutir e trocar saberes entre professores nos momentos de formação é uma opção.

As respostas do questionário foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho, pois em tempos de pandemia e com a impossibilidade de observação em lócus, as contribuições das professoras auxiliaram sobremaneira a realização desta escrita. Constatamos o quanto é preciso avançar para se ter uma educação inclusiva de qualidade, uma vez que temos muitas leis, decretos, mas necessitamos colocar em prática as políticas já existentes, pensadas junto com a sociedade e a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES

Verificamos que no município de Santa Rosa as escolas municipais têm procurado trabalhar a inclusão dando condições de formação e capacitação aos professores. Também têm da melhor forma possível incluído alunos com NEE. A inclusão é envolvimento e comprometimento com o outro, e é a partir da diversidade que se aprende.

Inclusão implica em mudanças que precisam começar na escola, desde arquitetônicas, curriculares e atitudinais. São necessários programas de apoio e capacitação aos professores e profissionais de AEE, investimento em materiais e espaços adequados para que possam estimular o aprendizado dos alunos com NEE. A escola, a partir da sua proposta pedagógica, pode efetuar mudanças em toda a sua estrutura educacional fazendo com que a inclusão de fato aconteça. Concordamos com o pensamento de Carvalho (2004):

A escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações (p. 67).

Sendo assim, o papel da inclusão está além de aceitar as diferenças, ele tem início numa tomada de consciência por parte daqueles que estão mais próximos dos alunos: a gestão escolar e o professor. Independente da faixa etária em que se

trabalha, precisamos refletir sobre nossas ações para melhorar a nossa própria prática. No PPP da escola podem ser previstos estratégias que propiciem o reconhecimento das mudanças que ocorrem na sociedade, possibilitando momentos que possam oferecer debates entre os alunos, estimulando assim a convivência com as diferenças e diversidades humanas.

Desta forma, um bom planejamento pedagógico torna os espaços escolares mais humanos e acolhedores, onde se possa aprender a realmente incluir a todos, com necessidades especiais ou não, para que as aprendizagens sejam significativas, vivendo em harmonia e empatia com os demais. Ressaltando sempre a importância do trabalho em conjunto: escola, família e comunidade escolar, da qual o aluno está inserido.

Podemos constatar na pesquisa realizada que a inclusão nas escolas municipais de Santa Rosa tem melhorado no que se refere às ações práticas, entretanto, acredito que ainda temos muito para avançar. Uma das principais questões a ser modificada é a atitudinal, precisamos ter mais empatia e incluir o aluno em todas as atividades, tentar fazer também com que ele se sinta parte da turma, participando das atividades propostas. E neste sentido fica a reflexão: Será que realmente estamos caminhando na direção certa e fazendo a nossa parte no sentido de incluir, não só os alunos com NEE, mas todos os alunos?

Concluimos com a frase de Freire (1996, p. 52): “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

Referências bibliográficas

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer n. 17**, de 03 de julho de 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (LDB, Lei nº 9.394). Brasília: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Ministério da Educação e Cultura da Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde, 1994.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisas em Educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.PU, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TIBA, Içami. **Quem ama educa**. 141. ed. São Paulo: Gente, 2002.